

JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO VIII - Nº 1.612 - BRASÍLIA, TERÇA-FEIRA, 3 DE DEZEMBRO DE 2002

Audiência debate uso da língua portuguesa

O projeto de lei que trata da promoção, proteção, defesa e uso da língua portuguesa será discutido amanhã em audiência pública da Comissão de Educação. Requerida pela senadora Emilia Fernandes, a reunião contará com a participação de estudiosos do tema. Segundo o autor da proposta já aprovada pela Câmara, deputado Aldo Rebelo, a língua portuguesa está sendo descaracterizada pela desnecessária invasão de estrangeirismos.

PÁGINA 7

Orçamento começa a votar os relatórios

Começam a ser votados amanhã os relatórios setoriais ao projeto de lei do Orçamento da União para 2003. O relator-geral da proposta, senador Sérgio Machado, disse ontem que a Comissão Mista de Orçamento espera concluir a votação dos dez pareceres setoriais até o final desta semana. O presidente da comissão, deputado José Carlos Aleluia, já avisou que as reuniões para aprovação dos relatórios poderão ocorrer inclusive no sábado e no domingo.

PÁGINA 5

Senado vota MP e decide se pede relatório sobre grilagem no DF

Medida provisória que abre crédito orçamentário de R\$ 208 milhões para dois ministérios é o primeiro item da pauta do Senado, hoje. Deve ser votado também requerimento que permitirá à Casa tomar conhecimento de relatório do Tribunal de Contas da União sobre denúncias de irregularidades com terras públicas no Distrito Federal.

PÁGINA 3



Rosevelt Pinheiro

Plenário do Senado deve discutir também quatro propostas de emenda à Constituição, entre elas a que inclui a alimentação entre os direitos sociais



Fotos: Célio Azevedo

Entre os projetos a serem analisados pela CAE, na reunião de hoje, está o de Eduardo Suplicy (*no destaque*) que institui benefício para a população de baixa renda

Comissão coloca renda de cidadania na pauta

Benefício monetário denominado "renda de cidadania", proposto por Eduardo Suplicy, deve ser votado pela CAE. Intenção é ajudar camadas da população que se encontram abaixo da linha de pobreza.

PÁGINA 4



Começa amanhã encontro de parlamentares do Mercosul

Em destaque na pauta está a criação de um comitê da tríplice fronteira, formada pelo Brasil, Argentina e Paraguai, além de medidas para fortalecer o turismo na região

A Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul (CPCM) realiza amanhã e quinta-feira sua vigésima reunião plenária, no auditório do Interlegis, ao lado do edifício principal do Senado Federal. Na pauta, a criação de um comitê da tríplice fronteira – formada por Brasil, Argentina e Paraguai – destinado a incrementar o processo de integração do Mercado Comum do Sul.

Durante o encontro, que reunirá cerca de 30 parlamentares dos países que fazem parte do Mercosul, será debatida a criação de uma identidade única para os trabalhadores fronteiriços. Também terá



Roberto Requião fará balanço de suas ações como presidente da CPCM

O senador Roberto Requião (PMDB-PR), presidente da CPCM, aproveitará a oportunidade para fazer um balanço de sua atuação à frente do colegiado. Ele deve enfatizar a necessidade de um permanente esforço suprapartidário na defesa de políticas públicas para consolidar e ampliar o Mercosul. O encontro se realiza antes da reunião de cúpula dos presidentes do Mercosul e países associados, que ocorrerá na sexta-feira, no Ministério das Relações Exteriores.

CPCM

A Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul é um órgão representativo dos legislativos dos países que fazem parte do bloco.

Tem caráter consultivo e deliberativo, podendo ainda formular propostas. Cada país é representado por uma sessão nacional da comissão.

Em 1996, o Congresso Nacional inseriu em seus trabalhos a representação brasileira da CPCM, com caráter de comissão mista, composta de oito senadores e oito deputados. Sua tarefa é apresentar relatórios, com sugestões feitas às comissões técnicas, sobre qualquer matéria de interesse do Mercosul que venha a tramitar no Congresso, inclusive as informações encaminhadas ao governo. A comissão pode ainda apresentar recomendações ao conselho do Mercosul.

Comissão vota indicações para embaixadas

Duas indicações para a área diplomática serão apreciadas pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), em reunião marcada para hoje, às 17h30. Em primeiro lugar, será examinado parecer do senador Moreira Mendes (PFL-RO) à escolha do diplomata Sérgio Eduardo Moreira Lima para exercer o cargo de embaixador do Brasil junto ao Estado de Israel.

Logo em seguida, a CRE examina o relatório do senador Geraldo Melo (PSDB-RN) à indicação do diplomata César de Faria Domingues Moreira para o cargo de embaixador do Brasil junto ao Reino da Noruega. Os dois indicados serão sabatinados pelos integrantes da comissão, que irá submeter o processo de escolha à votação secreta.

Delegação de El Salvador visita o Senado

O Senado Federal recebeu a visita, ontem, da delegação parlamentar da Comissão de Modernização da Assembléia Legislativa de El Salvador, integrada pelos deputados José Rafael Machuca, Humberto Centeno e Hermes Flores.

Acompanhados pelo embaixador da República de El Salvador no Brasil, José Roberto Andino Salazar, os deputados estiveram no Senado para conhecer programas aplicados na disseminação de informações legislativas, que concorrem para aperfeiçoar o processo parlamentar e estreitar os laços da instituição com a sociedade.

Pela manhã, os visitantes esti-



Parlamentares de El Salvador conheceram programas para modernização dos trabalhos legislativos

veram no Centro de Informática e Processamento de Dados do Senado Federal (Prodasen), onde assistiram a um vídeo institucional e a uma palestra técnica sobre processos legislativo e orçamentário, ministrada pelo diretor Fernando Ciciliati. Também conheceram as instalações da sala-cofre do Prodasen, uma área de acesso restrito por armazenar informações sigilosas.



AGENDA

TERÇA-FEIRA, 3 DE DEZEMBRO DE 2002

Presidente
Ramez Tebet

9h30 – Recebe João Carlos Fernandes, Fernando de Castro Marques e Jorge Luiz Massari
10h – Solenidade de lançamento do selo comemorativo dos 80 anos da Previdência Social no Brasil. *Salão Nobre da Câmara dos Deputados*
11h – Recebe Carlos Roberto de Castro, presidente do Conselho Federal de Economia, Edson Raffé, vice-presidente da Federação Nacional dos Economistas, e Paulo Salvatore Ponzini
14h30 – Solenidade de lançamento do Sistema Interativo Institucional do Senado Federal. *Salão Azul do Senado Federal*
15h30 – Preside sessão deliberativa ordinária
18h – Solenidade de posse de João Otávio de Noronha, no cargo de ministro do Superior Tribunal de Justiça. *Sala do Tribunal Pleno*

PLENÁRIO

14h30 – Sessão deliberativa ordinária
Pauta: Requerimento do senador Antero Paes de Barros solicitando ao Tribunal de Contas da União que seja remetido ao Senado relatório sobre auditoria realizada pela 2ª Secretaria de Controle Externo na Companhia Imobiliária de Brasília (Terracap); segunda sessão de discussão, em segundo turno, da PEC que altera o inciso do artigo 159 da Constituição federal, criando percentual do IR e IPI para aplicação em universidades na Amazônia Legal; quarta sessão de discussão, em primeiro turno, da PEC que altera a redação do artigo 6º da Constituição federal, incluindo a alimentação nos direitos sociais; quarta sessão de discussão, em primeiro turno, da PEC que acrescenta inciso e parágrafo único ao artigo 49 e acrescenta inciso ao artigo 84 da Constituição federal, sobre competências privativas do Congresso Nacional e da Presidência da República relativos a atos internacionais, entre outras matérias.

COMISSÕES

10h – Comissão de Assuntos Econômicos. Ala Senador Alexandre Costa – Sala 19

11h30 – Comissão de Educação. Ala Senador Alexandre Costa – Sala 15

14h30 – Comissão de Serviços de Infra-Estrutura. Ala Senador Alexandre Costa – Sala 13

14h30 – Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização. Plenário nº 2 do Anexo Luís Eduardo Magalhães, da Câmara dos Deputados

17h30 – Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Ala Senador Alexandre Costa – Sala 7

Após a ordem do dia – CPI das ONGs. Ala Senador Nilo Coelho – Sala 2

ESPECIAL

14h30 – Solenidade de lançamento do Sistema Interativo Institucional do Senado. *Salão Azul do Senado*

JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Ramez Tebet
1º Vice-Presidente: Edison Lobão
2º Vice-Presidente: Antonio Carlos Valadares
1º Secretário: Carlos Wilson
2º Secretário: Antero Paes de Barros
3º Secretário: Ronaldo Cunha Lima
4º Secretário: Mozarildo Cavalcanti
Suplentes de Secretário: Alberto Silva, Marluce Pinto e Maria do Carmo Alves

Diretor-Geral do Senado: Agacieli da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Vagner Caldeira
Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3573
Diretor da Agência Senado: Antonio Caraballo (61) 311-3327

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Iara Altafin, João Carlos Ferreira da Silva e José do Carmo Andrade

Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho, Osmar Miranda e Iracema F. da Silva

Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas Dantas de Moraes, Eny Junia Carvalho e Rita Avelino

Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo

Arte: Cirilo Quartim

Circulação e Atendimento ao leitor: John Kennedy Gurgel (61) 311-3333

O noticiário do *Jornal do Senado* é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
20º andar
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações

CCJ examina proposta de voto facultativo

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) deve votar na reunião de amanhã, às 10h, o parecer do senador Iris Rezende (PMDB-GO), favorável à proposta de emenda à Constituição (PEC) que torna facultativo o voto no Brasil. Na última reunião, o presidente da CCJ, senador Bernardo Cabral (PFL-AM), concedeu prazo de uma semana para os membros da comissão examinarem o parecer e, se desejarem, apresentarem pareceres alternativos ao do relator.

Atualmente, o voto é obrigatório no país e o cidadão que não cumprir esse dever é submetido a sanções, como a proibição de participar de concurso público. Para os senadores que apóiam a proposta, encabeçada pelo senador Carlos Patrocínio (PTB-TO), não há por que

determinar que o exercício de um direito seja impositivo.

Dois requerimentos solicitando informações sobre a administração de bancos públicos também devem ser examinados pela CCJ.

O primeiro, de autoria da Comissão de Fiscalização e Controle, pede ao Banco Central cópia do relatório de auditoria executada no Banco do Estado do Ceará que embasou o processo de saneamento do banco. O relator, senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), sugere o envio do requerimento para votação em Plenário.

O segundo requerimento, do senador Eduardo Suplicy (PT-SP), solicita ao ministro da Fazenda informações sobre denúncias de irregularidades em projetos acima de R\$ 300 mil financiados pelo Banco do Nordeste, no período de 1995 a 2002. O relator, senador Ademir Andrade (PSB-PA), recomenda a aprovação do pedido.

Os senadores da CCJ têm outros 58 itens na pauta de votação, como o projeto de lei do senador Jonas Pinheiro (PFL-MT) que prorroga até 31 de dezembro de 2003 o prazo para que o detentor de título de alienação ou de concessão de terras feitas pelos estados, na faixa de fronteira de até 150 quilômetros, requeira a ratificação do título junto ao Instituto de Colonização e Reforma Agrária (Incra). A matéria tramita na CCJ em caráter terminativo.



Iris Rezende deu parecer a favor do voto facultativo

Plenário pode pedir ao TCU relatório de auditoria nas contas da Terracap

Requerimento de Antero Paes de Barros que será analisado hoje pelos senadores cita denúncias de ligações entre o governo do Distrito Federal e grileiros de terras públicas

Está na pauta da sessão do Senado marcada para as 14h30 de hoje requerimento do senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT) solicitando ao Tribunal de Contas da União (TCU) a remessa de relatório sobre tomada de contas realizada pela 2ª Secretaria de Controle Externo na Companhia Imobiliária de Brasília (Terracap), em 2001. O pedido do senador deve ser discutido e votado hoje.

Antero Paes de Barros justifica sua solicitação observando que recentes matérias jornalísticas – da revista *Época* e do jornal *Correio Braziliense* – dão conta de denúncias relacionadas com ligações entre o governo do Distrito Federal e grileiros de terras públicas. A Terracap, explicou, é a empresa do DF responsável pela gestão da terra pública na capital federal e



Antero quer examinar auditoria do Tribunal de Contas na Terracap

seria o foco onde estariam ocorrendo as principais ilegalidades e irregularidades causadoras de danos ao patrimônio público.

“É fundamental que a auditoria realizada pelo TCU na Terracap e todos os seus anexos sejam remetidos a esta Casa”, sustenta o senador na justificação do requerimento.

Entre as quatro propostas de emenda à Constituição que os senadores irão discutir na mesma sessão, destaca-se a que inclui a alimentação no rol dos direitos sociais do cidadão. De autoria do senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), a proposta recebeu parecer favorável do senador Sebastião Rocha (PDT-AP) na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e está em sua quarta sessão de discussão do primeiro turno em

Plenário.

Outra PEC na quarta sessão de discussão, do senador Roberto Requião (PMDB-PR), dispõe sobre as competências privativas do Congresso e da Presidência da República relativas aos atos internacionais. Uma terceira emenda, esta da senadora Marina Silva (PT-AC), em início de tramitação no Plenário, pretende regulamentar a aposentadoria do extrativista vegetal, e a

quarta emenda estabelece novos percentuais do Imposto de Renda e de Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) para aplicação de recursos em instituições federais de ensino superior localizadas na Amazônia Legal.

Além das PECs, os parlamentares poderão analisar nove projetos de decreto legislativo que autorizam o funcionamento de rádios em diversos estados.

MP abre crédito para ministérios

Antes de deliberar sobre qualquer outra matéria legislativa, o Senado terá de votar hoje a Medida Provisória (MP) nº 72, que abre crédito orçamentário de R\$ 208 milhões para os ministérios da Integração Nacional e de Minas e Energia. Já aprovada pela Câmara dos Deputados, a MP bloqueia a pauta, como determina a Constituição.

Do total de recursos, R\$ 123 milhões destinam-se ao pagamento, no âmbito do Ministério de Minas e Energia, de bônus a consumidores residenciais de energia elétrica.

Já o Ministério da Integração Nacional receberá R\$ 85 milhões para ações emergenciais de Defesa Civil. Serão R\$ 4,9 milhões para a Região Sul e o restante para as regiões Nordeste e para o norte do estado de Minas Gerais.

Tebet admite sessões após dia 16 para votar Orçamento

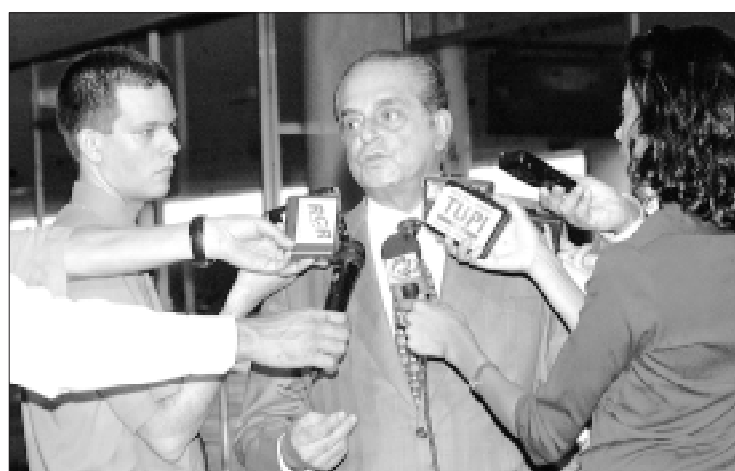
O presidente do Senado, Ramez Tebet, disse ontem que encara com naturalidade a possibilidade de estender os trabalhos da Casa além do dia 16 de dezembro para garantir a votação do projeto de Orçamento da União ainda este ano, por conta de eventual atraso na tramitação de medidas provisórias na Câmara.

– Em política, a gente conta sempre com várias possibilidades, especialmente a de continuar trabalhando para o benefício do país – ressaltou o senador, prevenido que, caso isso venha mesmo a ocorrer, “o atraso será de apenas alguns dias”.

REAJUSTE

Tebet informou que as lideranças da Casa ainda não discutiram a proposta de reajuste dos vencimentos dos parlamentares, em tramitação na Câmara, mas adiantou que a decisão deverá ser tomada de comum acordo.

– O assunto deve ser estudado adequadamente, mas no Senado ainda não nos reunimos para tratar disso. A tradição é de as duas Casas agirem em conjunto, apesar de a



Ramez Tebet diz que encara “com naturalidade” possível prolongamento dos trabalhos do Legislativo por mais alguns dias

legislação garantir independência – esclareceu.

Sobre a alegação de que o momento econômico vivido pelo país não seria adequado para a concessão do reajuste, Tebet afirmou que o argumento merece ponderação, mas lembrou que outros Poderes – como o Judiciário – já adotaram a medida.

– Vamos decidir analisando todas as circunstâncias – declarou.

ISENÇÃO

Quanto ao projeto de sua autoria que reduz a zero a alíquota do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) para os produtos que constam da cesta básica, em discussão na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), o senador disse que um dos objetivos é contribuir para a reforma tributária, “que precisa ser urgente”.

– O projeto isenta produtos in-

dispensáveis à população e por isso tem elevado alcance social. O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) pediu vistas, vamos em breve saber sua posição – explicou.

RECEITA

O presidente do Senado disse que ainda é prematuro opinar sobre o mérito do decreto permitindo à Receita Federal investigar as contas de quem movimentar mais de R\$ 5 mil, no caso de pessoas físicas, e R\$ 10 mil para as pessoas jurídicas.

– Trata-se de medida fiscalizadora, mas ainda não há certeza de como as pessoas vão reagir, se haverá diminuição de depósitos bancários, por exemplo – observou.

Indagado se o Parlamento estaria “de pés e mãos atados” diante da edição da medida pelo governo, Tebet explicou que, em tese, é possível ao Congresso reagir contra um decreto presidencial.

– Um decreto pode até ser eventualmente derrubado pelo Congresso. Se fosse objeto de medida provisória, certamente seria examinado aqui. Fora disso, só se houver iniciativa da Casa – esclareceu.

Projeto que institui a renda básica incondicional é examinado pela CAE

Proposta de Eduardo Suplicy beneficia, a partir de 2005, todos os brasileiros e estrangeiros residentes no país há pelo menos cinco anos, independentemente da condição socioeconômica

O projeto que institui a renda básica incondicional pode ser votado na manhã de hoje pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). De autoria do senador Eduardo Suplicy (PT-SP), a matéria recebeu extenso parecer favorável do relator, senador Francelino Pereira (PFL-MG), que apresentou substitutivo ao texto original.

O projeto institui, a partir de 2005, um benefício monetário chamado "renda de cidadania". Todos os brasileiros e estrangeiros residentes no país há pelo menos cinco anos serão beneficiados, independentemente de sua condição socioeconômica.

A proposta determina que o valor do benefício será definido pelo Poder Executivo. O projeto estabelece, no entanto, que esse valor deverá ser suficiente para atender "as despesas mínimas de cada pessoa com alimentação, habitação, educação e saúde", tendo em vista as possibilidades orçamentárias e o grau de desenvolvimento do país.

O substitutivo do relator mantém a abrangência do projeto, mas determina sua execução em etapas, a critério do Poder Executivo. Também dá prioridade às camadas mais necessitadas da população, que se encontram abaixo da linha da pobreza. Outra alteração introduzida por Francelino Pereira especifica que o va-



Eduardo Suplicy propõe que valor do benefício atenda despesas básicas

lor do benefício e seu pagamento seguirão o disposto na Lei de Responsabilidade Fiscal, com a obrigatoriedade da inscrição clara no Orçamento das fontes que custearão a despesa. O senador retirou a obrigatoriedade de se submeter a criação da renda básica a um referendo popular.

Outra matéria a ser votada hoje é o projeto de lei do senador Geraldo Melo (PSDB-RN) que prevê uma redução das tarifas de energia elétrica cobradas dos agricultores que adotam sistema de irrigação em suas propriedades, sejam eles pessoas físicas ou jurídicas. A proposta, que tramita em caráter terminativo na comissão, beneficiará também os assentamentos agrícolas alcançados pela reforma agrária e as pequenas propriedades de até 10 hectares.

O projeto obriga os distribuidores ou transportadores do setor

energético a fornecerem energia elétrica a preço de custo, acrescido de uma margem de 15%. Para se beneficiarem dessa tarifa especial, os agricultores ou empresas devem obter registro como "agricultores irrigantes" junto ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. A proposta recebeu parecer favorável do relator, Lúdio Coelho (PSDB-MS).

Os produtores ou empresas que obtiverem o benefício da tarifa beneficiada de energia elétrica terão suas propriedades fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia

Elétrica (Aneel) e pelo Ministério da Agricultura.

Segundo Lúdio Coelho, a eletrificação rural, além de permitir a mecanização das atividades rurais, abre para a agricultura um grande leque de inovações tecnológicas, com reflexos positivos sobre a produtividade agrícola e sobre a renda do produtor.

A proposta de Geraldo Melo também beneficia as glebas pertencentes ao programa de reforma agrária e as propriedades de até 10 hectares, mesmo que seus proprietários não pratiquem a irrigação.

Operações de crédito externo

A CAE deverá analisar também mensagem do presidente da República solicitando autorização para que sejam realizadas duas operações de crédito externo — de US\$ 5 milhões cada uma. A primeira delas, a ser contratada com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), destina-se ao financiamento do Projeto Diversidade na Universidade, cujo objetivo é garantir acesso de grupos socialmente desfavorecidos ao ensino superior.

Os recursos da outra operação, a ser contratada com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (Bird), destinam-se ao financiamento parcial do Projeto de Apoio à Reforma dos Sistemas

Municipais de Previdência (Previmunicipais).

No período da tarde, após a ordem do dia no Plenário, a CAE volta a se reunir para ouvir, em audiência pública, o secretário de Finanças e Desenvolvimento Econômico do município de São Paulo, João Sayad, e o secretário do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz), Ednilton Soárez. Ambos irão debater com os senadores questões ligadas à incidência do ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços), de natureza estadual, e do ISS (Imposto sobre Serviços), de natureza municipal. Vários segmentos empresariais, como a indústria gráfica, queixam-se de estar sofrendo bitributação.



Carlos Patrocínio espera recuperação gradual do salário mínimo até 2013

Patrocínio quer ganho anual para salário

O senador Carlos Patrocínio (PTB-TO) apresentou projeto propondo que a partir do próximo ano, até o ano de 2013, inclusive, o salário mínimo seja reajustado anualmente no dia 1º de maio com ganho real nunca inferior a 10%. O projeto está tramitando na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) e altera a Lei nº 10.525, de 2002, em que se estabeleceu o valor do salário mínimo em R\$ 200, atualmente em vigor.

Pela proposta do senador, o salário mínimo de 2003 não poderia ficar abaixo de R\$ 220. O senador cita estudos realizados pelo Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Sócio-Econômicos (Dieese) segundo os quais o valor do salário mínimo que permitiria ao trabalhador satisfazer todas as necessidades arroladas pela Constituição corresponderia a R\$ 946. Foi com base nesses dados e no inciso IV do art. 7º da Constituição em vigor, que estabelece como um direito do trabalhador um salário mínimo capaz de atender às suas necessidades básicas, prevendo também "reajustes periódicos que lhe preservem o poder aquisitivo", que o senador propôs esse projeto.

Patrocínio acredita que esse reajuste permitirá, dentro do tempo previsto no projeto, que o mínimo aproxime-se mais do valor ideal de que necessita o trabalhador.

O Dia do Trabalho não foi escolhido como data para o reajuste anual por acaso pelo senador. Segundo ele, o reajuste deve ser concedido no 1º de maio não só em respeito à tradição e à importância dessa data, mas também pela expectativa e pela valorização daqueles que se inserem na categoria de trabalhadores. Depois de examinada pela CAE, a matéria vai para a Comissão de Assuntos Sociais (CAS) e, se aprovada, será submetida à votação no Plenário.

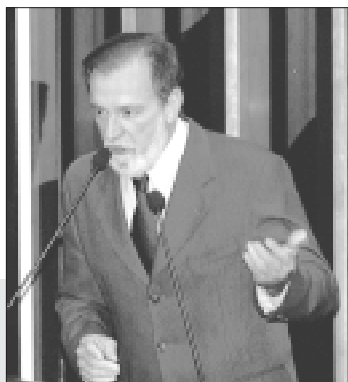
Taxa mínima de energia elétrica pode ser extinta

As empresas distribuidoras do setor energético não vão mais poder cobrar uma taxa mínima pelo fornecimento de energia elétrica aos consumidores residenciais. A cobrança terá de ser feita pela quantidade de energia efetivamente consumida. Isso é o que prevê proposta do senador Osmar Dias (PDT-PR) que deverá ser analisada hoje pela Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI), a partir das 14h30.

Segundo o parecer do relator da matéria, senador Luiz Otávio (PMDB-PA), favorável ao projeto, embora a iniciativa traga algumas implicações para o equilíbrio econômico-financeiro das distribui-

doras, não há dúvida de que ela será um poderoso estímulo ao consumo racional de energia elétrica. "Se o consumidor souber que terá de pagar uma taxa mínima, não terá estímulo para consumir abaixo daquele limite", explica o relator.

Luiz Otávio argumenta, ainda, que o projeto de Osmar Dias foi inspirado numa iniciativa adotada pela Câmara de Gestão da Crise de Energia Elétrica (GCE) no início do período de racionamento, quando aquele organismo suspendeu a cobrança do chamado "custo disponibilidade", para que o consumidor pudesse ser estimulado a economizar o máximo de



Projeto de Osmar Dias consta da pauta de hoje da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura

energia possível.

Assim, segundo a medida adotada, "o consumidor pagaria apenas pelo que efetivamente consu-

misse e não estaria sujeito a uma taxa mínima que não refletisse seu consumo", explica o relator.

Para Osmar Dias, a não aplicação do "custo de disponibilidade" às faturas de consumidores residenciais será sempre oportuna e não apenas enquanto o país se viu obrigado a praticar o racionamento.

A CI deverá examinar também, em caráter terminativo, projeto de lei de autoria do senador Maguito Vilela (PMDB-GO) que veda a implantação do horário de verão nos estados de Goiás, Tocantins e no Distrito Federal. A proposta recebeu parecer favorável do relator, Mauro Miranda (PMDB-GO).

Mauro: recursos da Cide devem servir para recuperar rodovias

O senador Mauro Miranda (PMDB-GO) fez um apelo ao futuro presidente, Luiz Inácio Lula da Silva, para a imediata regulamentação da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide), criada para recuperar as rodovias do país. Para ele, é inadmissível que esses recursos estejam sendo desviados para outras finalidades.

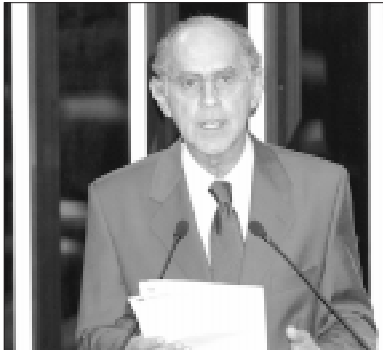
Segundo Mauro, a malha rodoviária brasileira está em condições que vão do sofrível ao péssimo. Reduzir os custos do transporte, aumentar a segurança das estradas, tanto para cargas como para motoristas, encurtar distâncias, melhorar traçados e ampliar a malha são tarefas inadiáveis, caso o governo queira promover uma arrancada de desen-

volvimento com mais produção agrícola, melhor escoamento das safras e crescimento das exportações.

Ele citou o relatório gerencial da Confederação Nacional do Transporte (CNT) que analisou as estradas rodoviárias sob três pontos de vista: sinalização, pavimentação e engenharia de projeto e construção. Segundo a pesquisa, observou, 38,8% da extensão total das estradas apresentam pavimentação ruim ou péssima, o que significa mais de 18 mil quilômetros de pistas em más condições.

Em relação à engenharia, a situação é ainda pior, com 90% da malha classificada entre deficiente e ruim. A falta de acostamento em cerca de 10 mil quilômetros é um fator que preocupa em termos de segurança de transporte, explicou o senador por Goiás.

Ao concluir seu pronunciamento, Mauro Miranda lembrou que, para um país carente de recursos como o Brasil, o sobrecusto gerado por más condições de infra-estrutura de transportes significa dificuldades para o produtor, preços elevados para o consumidor e perda de competitividade no mercado internacional.



Mauro Miranda aponta custos extras gerados por estradas em mau estado

Rosevelt Pinheiro

Francelino quer ajuda a hospital universitário

Observando que os hospitais universitários estão enfrentando uma situação dramática, o senador Francelino Pereira (PFL-MG) fez ontem um relato da difícil situação vivida pelo Hospital das Clínicas de Belo Horizonte, ligado à Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Ele pediu ao presidente Fernando Henrique Cardoso e ao presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva que propiciem a realização de concurso público para a admissão de funcionários nessas instituições.

Francelino Pereira disse que os servidores desses hospitais estão sendo pagos com recursos do Sistema Único de Saúde (SUS), que são insuficientes. A realização de concurso servirá para aliviar a situação desses hospitais, "que merecem uma atenção de quem efetivamente deseja atendimento adequado aos doentes de Minas Gerais e das outras unidades da Federação", justificou.

De acordo com Francelino, o hospital de Belo Horizonte, centro

de referência no atendimento médico do estado, está atravessando uma crise de dimensões crescentes, com riscos para a amplitude e a qualidade dos serviços ali prestados. A instituição proporciona atendimento generalizado à população e, de forma muito especial, a doentes necessitados de atenção de alta complexidade, informou.

A atual crise, decorrente de incertezas no repasse das verbas absolutamente necessárias para a manutenção das atividades, segundo o senador, ameaça de forma severa a continuidade do trabalho desse hospital.

Ainda conforme Francelino, a situação da instituição está sendo objeto de ampla discussão: a Universidade Federal de Minas Gerais e o Hospital das Clínicas estão convidando para uma reunião destinada a debater com parlamentares, empresários, sindicalistas e agentes comunitários soluções para a superação dessa crise e a sustentação do estabelecimento a médio e longo prazos.

Comissão de Orçamento vota relatórios setoriais

Relator-geral prevê início do trabalho para amanhã e conclusão até o fim da semana, mesmo que sejam necessárias reuniões sábado e domingo

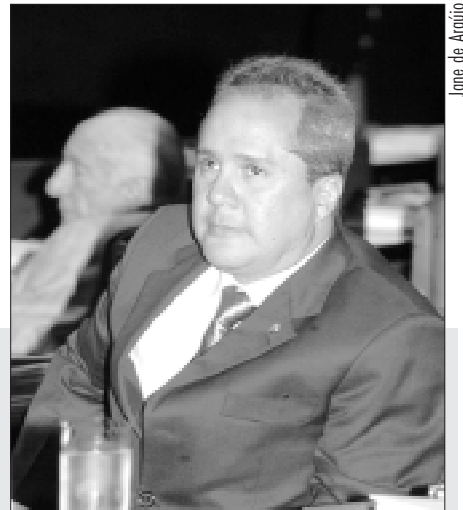
Os relatórios setoriais ao projeto de lei do Orçamento de 2003 começam a ser votados amanhã, segundo o relator-geral, senador Sérgio Machado (PMDB-CE). Machado informou ontem que o esforço da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização será o de concluir a votação dos dez pareceres setoriais até o final desta semana. Em função do cronograma apertado para a tramitação da proposta orçamentária, o presidente da comissão, deputado José Carlos Aleluia (PFL-BA), já avisou que as reuniões para aprovação dos relatórios poderão ocorrer inclusive sábado e domingo.

O relator-geral disse que estava esperando a entrega de quatro a cinco relatórios ainda ontem. O único encaminhado à comissão foi o relativo à área temática Justiça e Defesa, apresentado na sexta-feira pelo relator, senador Fernando Ribeiro (PMDB-PA). Do valor total das emendas propostas, de R\$ 2,77 bilhões, Fernando Ribeiro distribuiu somente R\$ 170,086 milhões, seguindo orientação da relatoria geral. Mas conseguiu atender 91 das 94 emendas apresentadas (61 individuais e 33 coletivas), e outras 11 de autoria da relatoria setorial.

Diante dos escassos recursos para as emendas coletivas, o re-



Sérgio Machado: esforço da comissão será para votar relatórios esta semana



Fernando Ribeiro já entregou o relatório da área temática Justiça e Defesa

lator setorial observou, em seu parecer, que a distribuição obedeceu à proporção dos pleitos, destinando 60% para o Ministério da Justiça e 40% para o da Defesa. Os programas que tiveram prioridade na alocação de recursos foram os que tratam da reestruturação do sistema penitenciário (R\$ 37,462 milhões), da segurança do cidadão (R\$ 30,659 milhões) e da reinserção social do adolescente em conflito com a lei (R\$ 6,991 milhões).

O senador informou, no parecer, que todas as emendas individuais foram acolhidas com recursos decorrentes da reestimativa de receita realizada pelo Comitê de Avaliação de Receitas. Para tanto, quatro novas ações foram instituídas na proposta de 2003, duas dentro do programa de modernização da Polícia Federal, como a construção do edifício-sede da Superintendência Regional do Acre, e outras duas para beneficiar as

comunidades indígenas com a aquisição de veículos para transporte escolar e construção de casas de estudantes.

O parecer de Fernando Ribeiro ressalta ainda que alguns ajustes nos orçamentos setoriais da Justiça e da Defesa serão feitos pelo relator-geral, como o remanejamento de R\$ 68,1 milhões solicitado pelo Departamento de Polícia Rodoviária Federal, para adequar a aplicação dos recursos, destinados equivocadamente para pessoal e encargos, ao que determina o Código de Trânsito Brasileiro (a receita da cobrança de multas só pode ser aplicada em sinalização, engenharia de tráfego, de campo, policiamento, fiscalização e educação de trânsito). Outra correção foi solicitada pelo Comando da Marinha. A receita proveniente da exploração de petróleo estaria subestimada em R\$ 52,8 milhões.

Parlamentares analisam abertura de créditos

A Comissão Mista de Orçamento deve analisar hoje, em reunião ordinária marcada para as 14h30, créditos suplementares no valor de R\$ 2,42 bilhões e um crédito especial de R\$ 1,75 bilhão em favor da Petrobras e suas subsidiárias. São ao todo 16 itens, que incluem avisos para a retomada ou permanência da proibição de aplicação de recursos orçamentários em obras com indícios de irregularidades levantadas pelo Tribunal de Contas da União (TCU),

abertura de créditos e o relatório sobre as contas da União relativas ao exercício de 2001.

O crédito suplementar de maior valor é de R\$ 1,84 bilhão para as empresas do grupo Petrobras. O mesmo projeto de lei, encaminhado com parecer favorável do relator, senador Roberto Saturnino (PT-RJ), solicita uma redução de R\$ 2,36 bilhões no orçamento de investimento dessas mesmas empresas. Os outros créditos suplementares reforçam a dotação orçamentária de vá-

rios ministérios.

A quantia mais elevada foi solicitada pelo Ministério da Fazenda, de R\$ 195,33 milhões, para alocar nas chamadas operações oficiais de crédito e nos dispêndios com os encargos financeiros da União. A proposta dos Ministérios de Ciência e Tecnologia e de Relações Exteriores alcança R\$ 105,23 milhões e a das pastas do Meio Ambiente e da Integração Nacional o valor de R\$ 97,8 milhões.

José Cruz

Jane de Araújo

CPI quer esclarecer tentativa de reduzir o plantio de soja

Comissão investiga denúncia de que organização não-governamental teria proposto a agricultores que deixassem de plantar o produto para provocar o aumento do preço

A comissão parlamentar de inquérito (CPI) que examina denúncias de irregularidades em organizações não-governamentais (ONGs) deve ouvir hoje, após a ordem do dia, exposição do presidente da Associação Brasileira de Organizações Não-Governamentais (Abong), Sérgio Haddad. Na mesma reunião, toma o depoimento do representante, no Brasil, da ONG canadense Focus on Sabbatical, José Antonio dos Santos.

Presidida pelo senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR), a CPI quer saber de Sérgio Haddad se

ele tem conhecimento de denúncias contra entidades associadas à Abong, qual o desempenho dessas ONGs e se elas preenchem os requisitos legais para funcionar. De acordo com a secretaria da CPI, Haddad já foi convidado algumas vezes a prestar informações, mas alegou compromissos anteriormente assumidos para não comparecer. Até a manhã de ontem, ele não havia confirmado sua presença na reunião de hoje.

Com o depoimento de José Antonio, a comissão pretende obter maiores esclarecimentos sobre denúncia veiculada pelos meios de

comunicação de que o produtor rural canadense Kenneth Goudy, fundador da ONG Focus on Sabbatical, teria proposto pagar aos produtores brasileiros para que parassem de plantar soja, com o objetivo de aumentar o preço do produto em decorrência de sua escassez no mercado. A oferta, conforme registrado pela CPI em relatório, visava reduzir em 15% a produção de soja brasileira mediante o pagamento de US\$ 165 por hectare de soja não produzido no Brasil.

Para falar sobre o assunto, esteve na CPI, no último dia 12, o

ministro da Justiça, Paulo de Tarso Ribeiro. Ele disse aos integrantes da comissão que as investigações a respeito do caso estavam em andamento e que, de acordo com o que havia sido apurado até aquela data, a ONG canadense não teria registrado junto à Secretaria Nacional de Justiça nenhum pedido de autorização para funcionamento no Brasil. De acordo com averiguação preliminar instaurada pela Secretaria de Direito Econômico, citada na reunião, a ONG tem 3.500 produtores canadenses e 500 norte-americanos como afiliados.



Mozarildo Cavalcanti aplaudiu iniciativa do MEC em corrigir ponto do extremo norte do país

Mozarildo elogia atuação da PM de Roraima

O senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR) registrou ontem o transcurso do 27º aniversário da criação da Polícia Militar de Roraima, comemorado no dia 27 de novembro. Ele afirmou que a corporação representa um patrimônio da sociedade do estado, e cumpre rigorosamente suas funções de proteger o cidadão e a propriedade. "Seu lema fala por si: 'Nossa Vida é Guardar a sua Vida'", ressaltou.

A Polícia Militar de Roraima, continuou o senador, executa suas tarefas por meio de dois batalhões, um em Boa Vista e o outro no interior do estado, e dois grupos especiais, Gate e Força Tática 26, "cujos integrantes são especialmente treinados para atuar na prevenção e repressão".

Segundo Mozarildo, os integrantes da PM de Roraima são formados, aperfeiçoados e especializados em vários centros de ensino de polícias militares de outros estados. "Já existe também um embrião da unidade de cavalaria da corporação, cujas missões, além de suplementarem o policiamento ostensivo de rotina, possibilitará a concretização de um trabalho de cunho social", informou.

O senador manifestou sua satisfação com a iniciativa do Ministério da Educação de corrigir, em seus livros didáticos, a localização do ponto geográfico do extremo norte do Brasil: em vez do Rio Oiapoque, no Amapá, o ponto mais extremo do norte do país fica, na verdade, no monte Caburá, em Roraima.

Mozarildo disse que a atualização foi possível graças a trabalho do Exército brasileiro, que usou nova tecnologia para apurar latitudes de maneira mais científica e precisa. Com 1.456 metros de altitude, o monte situa-se 84 quilômetros mais ao norte do que Oiapoque, segundo medições do Exército feitas em 1998.

Indicação para Agência Nacional de Saúde volta à CAS

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) reúne-se amanhã para apreciar uma pauta de 20 itens, entre os quais a mensagem presidencial que indica a recondução de Maria Stella Gregori para o cargo de diretora da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS). O órgão tem por finalidade regular e fiscalizar os planos privados de assistência à saúde.

Na semana passada, a votação da indicação de Stella Gregori, que exerce o cargo de diretora desde dezembro de 1999, não ocorreu em virtude de um pedido coletivo de vista, encabeçado pela senadora Heloisa Helena (PT-AL). O relator, senador Benício Sampaio (PPB-PI), é favorável à aprovação da mensagem presidencial que, se acolhida pela CAS, terá ainda de ser submetida à votação do Plenário do Senado.

Na mesma reunião, a comissão, presidida pelo senador Romeu Tuma (PFL-SP), examina projeto da senadora Emilia Fernandes (PT-RS) que reserva 20% do total de recursos do Sistema Financeiro de Habitação (SFH) para que a mulher chefe de família possa adquirir a sua casa própria. A relatora, senadora Marina Silva (PT-AC), mostrou-se favorável à aprovação da matéria.

Constam ainda da pauta projeto da Câmara que concede atendimento preferencial a idosos, portadores de deficiência e crian-



Heloisa Helena encabeçou pedido coletivo de vista à proposta de indicação, na semana passada

ças de primeira idade para marcação de consultas no Sistema Único de Saúde (SUS) e hospitais conveniados, e o de autoria do senador Ramez Tebet (PMDB-MS) que concede desconto de 50% nas passagens aéreas aos maiores de 60 anos de idade.

VACINAÇÃO

Projeto que institui o Programa Voluntário de Vacinação (PVV), de autoria do deputado Nelson Proença (PPS-RS), pelo qual as empresas poderão fornecer vacinas a seus empregados e respectivos dependentes, bem como o que incentiva a criação de cooperativas e associações destinadas à qualificação profissional dos trabalhadores de baixa renda, de autoria do Poder Executivo, são outras duas matérias que deverão ser apreciadas pela CAS.

Jucá destaca avanços durante governo FHC

O senador Romero Jucá (PSDB-RR) registrou ontem a realização, em 29 de novembro, da última reunião ministerial do governo de Fernando Henrique Cardoso, em que o presidente fez um balanço de sua administração, com destaque para a consolidação da democracia no país. O presidente, disse Jucá, ressaltou a plena liberdade de atuação da imprensa e da oposição e a participação efetiva de todos os setores da sociedade na vida brasileira, além do processo de transição, que tem sido "um exemplo para o mundo".

O combate à inflação e a estabilidade econômica também foram destacados por Fernando Henrique, informou o senador, ao lado do avanço registrado na infraestrutura de telecomunicações e de diversos outros setores.

O presidente ainda mencionou a criação de "uma rede de proteção social", que hoje beneficia cerca de 40 milhões de brasileiros com programas como o bolsa-escola e a bolsa-alimentação, os quais, segundo Jucá, precisam ter continuidade.

As dificuldades foram mencionadas pelo presidente, como o racionamento de energia e a superação da crise com a união da sociedade. Ele defendeu o combate à



Balanço apresentado pelo presidente durante sua última reunião ministerial foi registrado por Jucá

violência que, segundo afirmou, será um dos grandes desafios do próximo governo.

Em aparte, o senador Edison Lobão (PFL-MA) disse que Fernando Henrique marcou sua passagem pela Presidência da República "com correção e competência", ressaltando que o Brasil passou a ser visto de outro modo no contexto internacional. Ele lembrou os avanços registrados na área da educação e da reforma agrária, afirmando que o presidente distribuiu mais títulos de terra do que todos os outros governantes do país.

Jucá registrou a homenagem que Fernando Henrique receberá da Organização das Nações Unidas (ONU), no próximo sábado, pelos avanços de seu governo na área social.



Conselho de Comunicação Social realizou ontem a última reunião de 2002 e fez balanço do primeiro ano de funcionamento

Conselho quer suspender concessões de rádio e TV

O Conselho de Comunicação Social, que encerrou ontem suas atividades de 2002, enviou novo ofício à Anatel reafirmando a necessidade de serem suspensas as novas concessões e renovação de autorizações para funcionamento de rádios e TVs. O conselho também indicou o psicólogo Ricardo Moretti para ocupar uma cadeira no recém-criado comitê, no âmbito do Ministério da Justiça, sobre classificação de filmes, programas televisivos, espetáculos e jogos eletrônicos e de RPG.

Foi decidido ainda o envio de ofício ao Senado e à Câmara solicitando que o conselho seja ouvi-

do antes de ser votado o projeto de lei do senador Ney Suassuna (PMDB-PB) que permite ao capital estrangeiro o controle de 100% de serviços de TV a cabo.

O presidente do colegiado, José Paulo Cavalcanti, ressaltou as dificuldades de um órgão dessa natureza, especialmente pelo fato de não ter ainda se situado, dividido entre ser uma assembléia ou um conselho apenas opinativo.

O jornalista Carlos Chagas, representante da sociedade civil no conselho, criticou a atuação do órgão. Temas como a qualidade da programação de TV, observou, não estão sendo discutidos.



O Prodasen é órgão com independência administrativa e financeira, mas tem supervisão direta do Senado

Prodasen comemora amanhã 30º aniversário de fundação

O Centro de Informática e Processamento de Dados do Senado (Prodasen) comemora amanhã, às 10h, seu trigésimo aniversário de fundação. O presidente do Senado, Ramez Tebet, e o primeiro-secretário da Mesa, senador Carlos Wilson (PTB-PE), participarão da cerimônia, que será realizada no prédio da instituição.

A cerimônia será aberta pelo Coral do Senado. Estão previstas homenagens a funcionários da Casa. Tebet e o diretor-executivo do Prodasen, Mario Lúcio Lacerda de Medeiros, entregarão *botons* e camisetas alusivos à data aos dois

funcionários mais antigos, ainda na ativa, e aos dois aposentados que mais tempo trabalharam no Prodasen. Serão homenageados também dois funcionários já falecidos.

O Prodasen é órgão público dotado de independência administrativa e financeira, mas tem supervisão direta do Senado. A rede local do Senado é composta por três mil estações de trabalho, que atendem a mais de 3.500 usuários. O Prodasen também atende ao Congresso Nacional e a diversos ministérios e é elemento central da Rede Virtual de Bibliotecas.

Márcia Kallume

Proibição de estrangeirismos será discutida em audiência

Comissão de Educação reunirá especialistas para debater projeto que considera lesivo o uso de palavras e expressões estrangeiras

O projeto de lei da Câmara dos Deputados que trata da promoção, proteção, defesa e uso da língua portuguesa será discutido amanhã, às 10h, em audiência pública da Comissão de Educação (CE). A reunião, requerida pela senadora Emilia Fernandes (PT-RS), terá a participação de estudiosos do tema.

Entre os convidados estão Maria Cecília de Magalhães Mollica, presidente da Associação Brasileira de Linguística (Abralín); José Nivaldo de Farias, presidente da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Letras e Linguística (Anpoll); Rosilma Roldan, presidente do Movimento Nacional em Defesa da Língua Portuguesa; Pedro Garcez, da Associação de Linguística Aplicada do Brasil (Alab); e Evanildo



Emilia Fernandes solicitou a audiência pública, que será realizada amanhã

Bechara, da Academia Brasileira de Letras.

Segundo o deputado Aldo Rebelo (PCdoB-SP), autor do projeto, a sociedade brasileira assiste a uma descaracterização da língua portuguesa promovida pela "invasão de estrangeirismos", como

holding, recall e self-service. Em decorrência desse processo, "intensificado pela globalização", Aldo Rebelo considera importante a criação de meios que incentivem os brasileiros a valorizar o português.

Como medidas de proteção da língua portuguesa, o deputado propõe, por exemplo, que o uso de palavra ou expressão estrangeira, salvo as exceções previstas na lei, seja considerado lesivo ao patrimônio cultural brasileiro, punível por sanção administrativa a ser determinada. Seriam consideradas exceções as línguas indígenas e os vocábulos estrangeiros consagrados pelo uso.

O projeto de lei já foi aprovado na Câmara. No Senado, a proposta foi encaminhada ao senador Amir Lando (PMDB-RO), que a relatará na Comissão de Educação.

Mostras de cinema podem receber incentivo

Projeto do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) que estende aos promotores de mostras e festivais audiovisuais o incentivo fiscal previsto na lei que instituiu o Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac) deverá ser votado hoje, em caráter terminativo, pela Comissão de Educação (CE).

O relator da matéria, senador Ricardo Santos (PSDB-ES), afirma em seu parecer que a Lei Rouanet é importante fonte de recursos destinados por pessoas físicas e jurídicas à realização de projetos culturais. E lembra que, além de gozarem de redução no valor do imposto sobre a renda, as empresas têm sua imagem reforçada, mediante a inscrição de sua marca nas peças promocionais do evento patrocinado.

Conforme o relator, o projeto cultural deverá enquadrar-se nas áreas e segmentos previstos na lei, que, entretanto, não se ocupou em incentivar o patrocínio de mostras e festivais audiovisuais, "eventos fundamentais para a divulgação de filmes e o desenvolvimento da indústria cinematográfica".

Ricardo Santos apresentou parecer favorável ao projeto de Alcântara, por meio de substitutivo



Alcântara quer incluir os festivais audiovisuais entre os programas beneficiados pela Lei Rouanet

que, além de acolher a proposta, atualizou as fontes de recursos para a composição do Fundo Nacional de Cultura. Com a extinção das Superintendências do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam) e do Nordeste (Sudene), foram igualmente extintos os fundos de investimento regionais (Finor, Finam e Funres), surgindo, em seu lugar, os Fundos de Desenvolvimento do Nordeste e da Amazônia.

CURSOS

Também hoje, a CE deve analisar, em caráter terminativo, projeto de lei do senador Carlos Bezerra (PMDB-MT) que estabelece a obrigatoriedade de os editais dos vestibulares indicarem se os cursos são reconhecidos e se as

instituições de ensino estão credenciadas de acordo com as normas da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB). Os editais deverão ainda informar os três últimos resultados do Exame Nacional de Cursos, o Provão. O relator, senador José Jorge (PFL-PE), apresentou substitutivo favorável à proposta, exigindo que esses dados constem também da publicidade impressa dos processos de seleção.

CIDADANIA

Outro item da pauta que receberá decisão terminativa é o projeto de lei do senador Chico Sartori (PSDB-RO) que, na forma de substitutivo do senador Casildo Maldaner (PMDB-SC), inclui noções de cidadania nos currículos do ensino fundamental e médio.

Projeto do senador Carlos Bezerra que flexibiliza o horário de transmissão do programa *AVoz do Brasil* para o período entre 19h e 22h também deverá ser examinado em caráter terminativo pela Comissão de Educação. A proposta tem parecer favorável do senador Lindberg Cury (PFL-DF).

Na pauta da comissão, há ainda matérias não terminativas e 31 projetos de decreto legislativo sobre autorização para execução de serviços de radiodifusão.

José Cruz

Célio Azevedo

Francelino destaca papel de "Os Sertões" para a história

Ele afirma que obra de Euclides da Cunha é o mais perfeito relato da Guerra de Canudos e influenciou renomados escritores

Ao celebrar o centenário de *Os Sertões*, o senador Francelino Pereira (PFL-MG) disse que a obra de Euclides da Cunha influenciou renomados escritores, como Guimarães Rosa, com *Grande Sertão: Veredas*, e Mário Vargas Llosa, com *A Guerra do Fim do Mundo*. "Além disso, o estilo de Euclides da Cunha é sempre aplaudido, chegando o poeta Robert Lowell a compará-lo com *Guerra e Paz*, de Leon Tolstói", observou.

Ele se referiu a Euclides da Cunha como o autor do mais perfeito relato da Guerra de Canudos, publicado cinco anos após "o fim da terrível tragédia ocorrida no sertão nordestino, de que Antônio Conselheiro foi a principal personagem". De acordo com o



Para Francelino Pereira, "Os Sertões" é um dos marcos da literatura brasileira

parlamentar, de lá para cá, *Os Sertões* tem sido objeto de estudos, análises, críticas e filmes, e inspirou Glauber Rocha a dirigir o aplaudido *Deus e o Diabo na Ter-*

ra do Sol.

Francelino salientou que nenhuma das críticas feitas a esse clássico da literatura brasileira "deixa de apontar *Os Sertões* como um dos documentos de maior significado para a própria história do Brasil, inclusive nos dias de hoje".

O senador lembrou que o livro foi escrito ao longo dos três anos em que Euclides da Cunha morou na cidade de São José do Rio Pardo, no interior paulista. Também disse que as muitas edições de *Os Sertões* mostram que essa obra é um dos marcos da nossa literatura. E atribuiu a esse êxito a eleição de Euclides da Cunha para a Academia Brasileira de Letras, um ano após o lançamento do livro.

Lobão registra posse de magistrado em academia

O senador Edison Lobão (PFL-MA) registrou a posse, no dia 4 de novembro, do desembargador Cleones Carvalho Cunha na Academia Maranhense de Letras Jurídicas. Ele lembrou que, no mesmo dia, também ocorreu o lançamento do livro *O Poder Judiciário do Maranhão – Subsídios para a história do recrutamento de juízes e da organização judiciária*, de autoria do magistrado.

– Ambos os eventos ganharam grande repercussão em meu estado. Tanto pela posse do novo acadêmico, graças à sensibilidade dos componentes da academia em reconhecerem o grande talento da-

quele maranhense de Tuntum como magistrado e professor universitário, quanto pela publicação de uma obra que se incorpora, com relevo, na historiografia do Maranhão – afirmou.

As 359 páginas do livro do desembargador Cleones Cunha, segundo Lobão, são resultado de um longo trabalho de pesquisa que, entre outros assuntos, inclui um estudo detalhado sobre a primeira Lei de Divisão e Organização Judiciárias do Maranhão, a Carta de Lei nº 7, que dividia a província em comarcas e termos.

O discurso de posse de Cleones Cunha na Academia Maranhense



Edison Lobão também se referiu ao lançamento de livro de Cleones Cunha sobre o Judiciário maranhense

de Letras Jurídicas, na avaliação de Edison Lobão, foi uma obra literária de valor histórico. O pronunciamento traçou um perfil do patrono da cadeira ocupada pelo magistrado, o monsenhor João Tolentino Guedelha Mourão.

Jucá elogia Museu de Valores do BC

O senador Romero Jucá (PSDB-RR) destacou ontem, em discurso, a importância do acervo do Museu de Valores do Banco Central do Brasil, situado no primeiro subsolo do edifício-sede da instituição, em Brasília.

– Quem o visita faz uma verdadeira incursão retrospectiva no tempo, desde o início da colonização até as últimas emissões do real – destacou.

A idéia de criação do museu, lembrou o senador, surgiu com o próprio Banco Central. Hoje, o museu possui 128 mil peças brasileiras e estrangeiras distribuídas em 1,3 mil metros quadrados, onde podem ser vistos barras e pepitas de ouro, matrizes de cédulas, moedas, cunhos, discos monetários e uma máquina de cunhar moedas, salientou.

Romero Jucá disse que o museu

promove constantemente exposições e mantém uma biblioteca especializada, além de desenvolver pesquisas e programas educativos por meio do Projeto Museu-Escola.

Segundo o senador, os interessados em conhecer o museu podem agendar visitas através do site do BC na Internet (www.bcb.gov.br) ou do e-mail museudevalores@bcb.gov.br. O museu fica aberto ao público de terça-feira a sábado.

Senado oferece ao cidadão obras consagradas em CD

O Senado está oferecendo ao público a oportunidade de adquirir em formato digital obras consagradas nas áreas de história, política e literatura. Os CD-ROMs e disquetes trazem aos leitores conteúdos com a mesma qualidade dos livros, mas com a vantagem de serem mais acessíveis a consultas específicas e, ainda, terem preço reduzido em relação aos similares em papel.

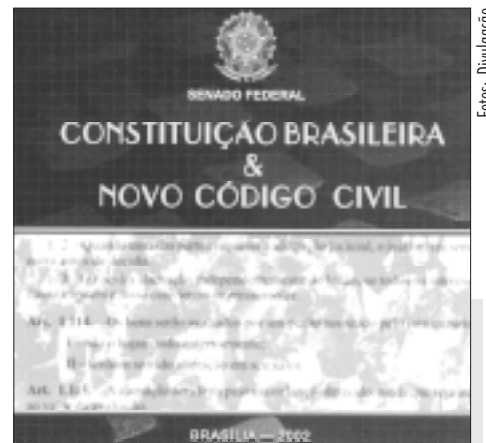
Em um dos pontos de venda dessas publicações, instalado no estande do Senado na 48ª Feira do Livro de Porto Alegre, realizada em novembro, os gaúchos tiveram acesso a quatro publicações em CD-ROM e uma em disquete comum de 3,5 polegadas. Foi clara a preferência dos leitores pela mídia eletrônica, em muitos casos.

Um exemplo dessa preferência é o CD que reúne a publicação *Textos Políticos da História do Brasil*, lançado recentemente e vendido por R\$ 25. A obra traz 1.170 documentos da história político-administrativa do Brasil e, no formato convencional, em dez volumes, custa R\$ 400.

40 ANOS DE PESQUISAS

A coleção é fruto de pesquisas de mais de 40 anos de seus autores, Paulo Bonavides e Roberto Amaral, reunindo a Carta de Pero Vaz de Caminha a d. Manuel, o discurso do Fico, de d. Pedro II, documentos sobre a Revolução Farroupilha e outros conflitos dos períodos da Colônia e do Império e sobre a Guerra do Paraguai, além de papéis de Rui Barbosa sobre a campanha civilista. O material é fácil de ser visualizado na tela do computador, por meio do programa Acrobat Reader, que lê arquivos no formato "pdf". A publicação tem ainda uma apresentação multimídia, em Macromedia Flash.

Outra novidade é o CD que reúne dois dos textos legais mais procurados pelo público: a Constituição federal atualizada até a última emenda e o novo Código Civil, acompanhado da exposição de motivos encaminhada ao Congresso com o projeto original, de 1975, e o parecer do relator da matéria no Senado, o ex-senador Josaphat Marinho. Como ocorre com os



Legislação Republicana Brasileira traz textos das Constituições e leis a partir de 1945

Textos Políticos, o CD utiliza como ferramentas o Acrobat Reader e o Macromedia Flash. Esses programas não precisam ser "baixados" da Internet, pois suas versões gratuitas fazem parte do CD.

A edição em CD-ROM da Bibliografia Brasileira de Direito (BBD), que reúne referências bibliográficas na área de 1980 a 2001, é outra publicação em formato eletrônico que está disponível por R\$ 5. Praticamente todas as publicações sobre leis, pareceres jurídicos, artigos e outros textos afins do período estão registradas na edição, que contém cerca de 71 mil títulos citados.

Já o CD-ROM com a legislação republicana brasileira traz os textos integrais de toda a legislação promulgada entre 1945 e maio de 2002, incluindo as Constituições da República e decretos do Executivo. Referências à legislação de 1889 a 1944 também constam do CD, que tem um mecanismo de busca completo, o Folio Views. Toda a BBD também está contida no CD da legislação republicana, ao preço de R\$ 25.

Por fim, em disquete, o Senado oferece a Constituição por R\$ 2. O texto está em formato Word e pode ser atualizado pela Internet.